



Revisitando proposições conceituais relacionadas a memoriais institucionais

Revisiting conceptual propositions related to institutional memorials

Cristina de Oliveira Jorge¹

 <https://orcid.org/0000-0002-3832-4137>

 <http://lattes.cnpq.br/6331591287297959>

Glaucius Décio Duarte²

 <https://orcid.org/0000-0001-7537-5817>

 <http://lattes.cnpq.br/4587285424055696>

RESUMO

As instituições públicas de ensino buscam incorporar tecnologias, acompanhando os avanços e as facilidades que as mesmas asseguram. No contexto da memória institucional não é diferente, as instituições procuram formas de salvaguardar sua história usando recursos de tecnologia para preservá-la às gerações futuras. Apresentamos, nesta construção, uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, a partir da pesquisa exploratória, que aproxima nesse momento da pesquisa o investigador com seu objeto, amparado na averiguação bibliográfica. Nesse contexto, identificamos alguns conceitos que fazem parte da constituição de um Memorial Institucional, assim como a nomenclatura que se harmoniza com o tipo de documentos e suportes que fazem parte do referido Memorial. Dessa forma, intuímos neste trabalho entender esses conceitos e exemplificar a sua variedade, de maneira que venham a contribuir com rotinas metodológicas aplicadas na instituição que melhor segmentam seu acervo, visando o resgate e a constituição da identidade institucional.

Palavras-chave: Memorial institucional; centros de memória; memorial; tratamento de coleções.

ABSTRACT

Public educational institutions aim to incorporate technologies, following the advances and facilities that they ensure. In the context of institutional memory it is no different, institutions seek ways to safeguard their history using technology resources to preserve it for future generations. This paper presents a qualitative approach based on an applied exploratory research, which brings the researcher closer to his object, supported by a literature review. Therefore, we identified concepts that constitute an Institutional Memorial, as well as the nomenclature that best comprises the type of documents and supports that are part of the aforementioned Memorial. Thus, this study focus on understanding these concepts and

¹ Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/RS - Brasil. E-mail: crisjorge16@gmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul, Pelotas/RS - Brasil. E-mail: glauciusduarte@ifsul.edu.br



exemplify their variety, so that they will contribute to methodological routines applied in the institution that best segment its collection, aiming at the rescue and constitution of the institutional identity.

Keywords: *Institutional memorial; memory centers; memorial; collection handling.*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um recorte da tese que aborda o Memorial do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Pelotas/RS, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul, com o intuito de reaproximar a instituição com sua história, enquanto entidade que tomou para si a responsabilidade de preservar sua memória através da composição de sua legitimidade como parte da própria memória da sociedade. Nesse sentido, é importante contextualizar o surgimento do Memorial do CEFET-RS, objeto de investigação da tese. A história do atual IFSul começou a ser construída pontualmente no ano de 1909, no qual o então Presidente da República na época, Nilo Peçanha, assinou o Decreto 7.566 em 23 de setembro, criando a princípio 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” vinculadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Na atualidade, a rede IFSul conta com 14 campi espalhados pelo estado do Rio Grande do Sul (RS).

Revisitando os documentos relativos ao Memorial CEFET-RS/IFRSul, encontramos o registro da Portaria de nº 551/2003³ que cria o Memorial da Educação Profissional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, atual IFSul, a qual entre seus objetivos destaca-se:

- Implementar a política de preservação do patrimônio histórico-cultural do CEFET-RS;
- Recuperar e organizar dados relativos à memória institucional; e
- Organizar os espaços de representação, físico e virtual, das transformações da instituição, numa perspectiva histórica, contrastando realidades em diferentes períodos e contextos.

Atentamos a esses três objetivos, visto que no ano da criação da portaria em 2003, a instituição já compreendia que havia a necessidade de viabilizar, de alguma maneira, a custódia e tratamento dos suportes informacionais, considerando que o volume documental digital e físico já se expandia. Percebe-se, então, a preocupação em como tratar e garantir o acesso futuro a esses objetos em uma perspectiva histórica.

Nesse contexto, Meireles (2007, p.13) ressalta que:

Na ausência de ações para preservação de sua história e memória, a instituição perde a oportunidade de revelar a sua própria identidade, de falar de si mesma, de valorizar seus símbolos. Consequentemente, fragmenta-se o processo de tomada de consciência sobre sua importância pela sociedade.

³ Disponível em: http://memorial.ifsul.edu.br/framer.php?cd_documento=290. Acesso em: 27 jun. 2022.



Por conseguinte, Meireles (2007) propôs à Direção Geral a criação de um Memorial, que ocorreu em 08 de outubro de 2003, como um órgão vinculado ao Gabinete do Diretor Geral, com o intuito de socializar e preservar a Memória Institucional (Portaria de nº 551/2003). Em sua obra: *“Das artes e officios à educação tecnológica: 90 anos de história”*, foi evidenciado o esmero e a grande valia de significação que a obra e a criação do Memorial – CEFET-RS representa para a Instituição.

Atualmente, o Memorial CEFET (virtual) encontra-se em um sítio disponível em: <http://memorial.ifsul.edu.br/>, porém, em uma plataforma que não acompanhou os avanços tecnológicos, e conseqüentemente a alimentação e recuperação da informação ali disponibilizada foi prejudicada. Fazendo referência à memória física, a instituição IFSul conta com uma exposição material no corredor do Câmpus Pelotas/RS. O acervo identificado a partir de uma visita técnica contempla: fotografias, flâmulas, uniformes da banda, instrumentos de uso técnico dos cursos, objetos pertencentes a contextos significativos à instituição, cartilhas, discursos e depoimentos dos servidores que foram transcritos e enriquecem o acervo do memorial.

Reputamos trazer para esse recorte definições basilares relacionadas aos memoriais, assim como as possíveis nomenclaturas atribuídas aos memoriais com suas funções específicas. Também é necessário conhecer como se constitui o acervo de um memorial, quais objetos informacionais que o compõem, e os problemas enfrentados para sua efetivação e seguimento.

Um memorial apresenta importância substancial para a visibilidade da instituição e possui a informação regressa da história da mesma, responsabilidade histórica dos atores envolvidos, entre eles: docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade em geral. A informação que remete a memória institucional precisa estar presente no formato digital para visibilidade ampla e perpetuação para futuras gerações, dando sentido à identidade constituída pela instituição, valorizando as pessoas que integram as organizações e contribuem para a formação cultural humana.

Candau (2012, p.16) harmoniza os dois conceitos de memória com identidade, quando os conecta:

A memória atua na construção do sujeito e do coletivo e o autor afirma que o sujeito precisa das lembranças para se reconhecer. A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjuga, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma memória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento.

Em alguns pontos a humanidade ainda não tem prática e experiência para com a memória digital, o que reforça a ideia de que mesmo com objetos informacionais disponibilizados de forma digital, não há a garantia de preservação. Nesse sentido, para Innarelli (2012, p.26) “a memória está sendo perdida a cada dia em virtude da obsolescência das tecnologias, da deterioração das mídias digitais e principalmente da falta de políticas de preservação digital”. Além disso, destaca que:



A humanidade tem experiência de dois mil anos na preservação de papel manuscrito e de duzentos anos na preservação do papel feito por máquinas, mas não tem experiência na preservação de documentos digitais, os quais estão sendo perdidos de forma indiscriminada. (INNARELLI, 2012, p.28).

O fato do crescimento exponencial tecnológico que vivenciamos no mundo contemporâneo, sustentado em um passado não muito distante no qual tivemos uma infância analógica, e atualmente vivemos a idade adulta de forma digital, concretiza-se em muitas transições em um curto espaço de tempo. Nossa geração testemunha a ausência da demarcação do espaço temporal, como apresentado por Castells⁴ referindo-se ao “tempo intemporal”. Resgatamos, neste trabalho, alguns suportes para exemplificação: da vitrola para o *streaming*, das cartas manuscritas para o e-mail. Ou seja, uma fluidez sem precedentes que contribui para a fragmentação de registros importantes que estão ligados à preservação da memória de maneira geral.

Compete às instituições de memória tomar para si a responsabilidade de preservar sua memória através da composição de uma história que a legitima, a partir da reconstrução de sua trajetória.

Para Nora (1993), os “lugares de memória” podem ser entendidos como materiais ou imateriais, e surgem da necessidade de preservar uma memória que já não é natural, ou seja, ainda necessita de recursos externos que a salvasse e lhe dê significado. Esses locais podem ser: museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação, centros de memória, memoriais, tanto em formato físico quanto digital. Quando consideramos que os museus, arquivos e bibliotecas, outrora tinham uma separação clara com relação aos seus bens: o museu representava lazer e cultura; a biblioteca organizava a informação a partir de assuntos e os arquivos cuidavam dos bens documentais administrativos. Atualmente, temos os memoriais que são na sua essência “um pouco de tudo”, museu, biblioteca, arquivos, ou seja, acervos híbridos. (DODEBEI, 2011; CAMARGO, 2015). A literatura não estabelece um consenso com relação à nomenclatura a ser adotada. A denominação mais recente é o Centro de Memória (CM), e mais pertinente para ser empregada neste trabalho uma vez que, corroboramos com Camargo (1999) que define Centro de Memória como uma unidade informacional, voltada para geração de informações e para organização de fontes de pesquisa de diferentes gêneros (arquivístico, bibliográfico e museológico). Acrescentamos que o Memorial CEFET-RS/IFSul, tem seu acervo como uma composição híbrida, o que poderá capacitá-lo a ser intitulado Centro de Memória.

2. DESENVOLVIMENTO

Do ponto de vista metodológico, constituímos aqui um recorte com abordagem qualitativa a partir de estudos exploratórios no âmbito teórico de natureza aplicada, no qual o pesquisador se aproxima de seu objeto, amparado na averiguação bibliográfica, consoante Gil (2002, p.44) em que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituídos principalmente de livros e artigos científicos”.

⁴ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p.525.



As instituições públicas ou privadas são responsáveis pela construção de seu retrato institucional que irá compor a formação da sua trajetória - a sua memória institucional. Nesse contexto, a definição de Thiesen (2013, p.51) é a que mais se aproxima:

[...] memória institucional é tudo aquilo que as instituições definem como relevante para a sua memória. É a sua verdade, o que deve ser selecionado, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio, esquecido ou guardado em segredo.

Os Centros de Memória abarcam arquivos, bibliotecas e museus em um mesmo lugar, por possuírem características semelhantes na sua constituição, de acordo com o autor:

[...] documentos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e referências sobre uma área específica da atividade humana ou da natureza, documentos e referências que podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu. Trata-se, portanto, de um órgão colecionador e/ou referenciador (quando só referencia dados em fichas ou computador). Sua finalidade é a informação cultural, científica, funcional, jurídica ou social especializada, o apoio à pesquisa; seu objetivo é informar, mas pode ser também instruir e provar. O processamento técnico de seu acervo se dará segundo a natureza do material: de arquivo, biblioteca ou museu. (TESSITORE, 2002, p.6).

Sua missão é reunir, preservar e organizar documentos diversos que através de técnicas específicas de organização, proporcionam o acesso à informação cultural e científica para o apoio à pesquisa, como também para comprovação de caráter probatório.

Os Centros de Memória são mistos em seus suportes, formados a partir de uma temática que oriente a constituição de determinado acervo, com características arquivísticas, bibliográficas e museológicas, onde contemplam os mais diversos tipos de objetos para o acervo. Na tabela 1 identificamos os documentos presentes em um acervo híbrido. (BARBANTI, 2015; CAMARGO; GOULART, 2015).

Tabela 1 - Documentos presentes em um acervo híbrido.

Autores	Suportes	Documentos representativos de outras atividades
Barbanti (2015)	Documentos textuais; livros; impressos; catálogos; documentos eletrônicos; e objetos tridimensionais	
Camargo e Goulart (2015)	Textuais; audiovisuais; sonoros; iconográficos; objetos; e artefatos	Troféus, medalhas, placas, notícias, reportagens, fotografias relacionadas a eventos temporários; e documentos provenientes da história oral.

Fonte: Elaborada pelos autores.



3. A EXTERIORIZAÇÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DO NOVO LUGAR DE MEMÓRIA

Na intenção de compreendermos algumas concepções sobre memoriais resgatamos o estudo proposto por Paul Harvey Williams (2007), denominado Museus Memoriais. Nesse estudo, o autor refere-se aos memoriais da atualidade como um novo lugar de memória, especialmente por lembrarem tragédias ou momentos traumáticos da humanidade. Atribuindo o termo Museu Memorial para designar um evento histórico que soleniza o sofrimento em massa ocorrido, instigados de comoção histórica.

Nos anos 50 surgem os primeiros memoriais, que fazem referência à temática da mortandade associada às vítimas de tragédias. Em 1953, na cidade de Jerusalém, foi criado um centro para guarda da memória do Holocausto, o Yad Vashem. Por sua vez, em 1955, na cidade de Hiroshima, no Japão, foi inaugurado o Museu da Paz.

Guedes e Issberner (2017), ao comentarem fatos ligados a Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto, relatam que somente no final do século XX os espaços de memória começaram a ser patrimonializados em território europeu. Citam os antigos campos de concentração como exemplos de locais que passaram a abrigar esses memoriais, como: Sachsenhausen-Berlim (Alemanha), Auschwitz (Polônia).

Em conformidade com a temática dos memoriais, nomeamos um exemplo mais recente de memorial, o Museu Memorial de 11 de Setembro, em New York (Figura 1). Trata-se de um evento conhecido e que foi transmitido mundialmente pelos meios de comunicação: o atentado terrorista de 11 de setembro. Esse atentado vitimou cerca de 3000 cidadãos. No local onde ficavam as torres gêmeas do *World Trade Center*, deu origem em 2014 ao Memorial 9/11⁵, que tem por objetivo homenagear as vítimas.

Figura 1 – *Memorial & Museum*.



Fonte: Autora (2019) – acervo pessoal.

⁵ Disponível em: <https://www.911memorial.org/>. Acesso em: 27 jun. 2022.



Os memoriais por sua vez não se limitam apenas ao tema do homenageado e a construção de seu acervo bibliográfico. Em muitos casos nos estabelecimentos memoriais é possível encontrar sepulcros para salvaguardar restos mortais de notórias personalidades. Próximo a Londres, encontra-se o Memorial da Princesa Diana, localizado em Althorp, na casa de campo da Família Spencer, onde Diana viveu sua infância. Ela está enterrada em um dos jardins dessa propriedade, em um dos galpões do mesmo local estão expostos os objetos que pertenciam à princesa. (BARCELLOS, 1999).

Já na estirpe dos presidentiáveis, citamos alguns memoriais importantes como: John Kennedy Memorial (Dallas), Lincoln Memorial (Washington, DC). No Brasil, o Palácio de Tábuas também conhecido por Catete, nesse mesmo escopo homenageia Juscelino Kubitschek de Oliveira.

3.1. ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PAPEL DAS “TRÊS MARIAS”

A custódia dos documentos é definida a partir do conteúdo e do suporte em que se encontram permitindo estabelecer significado aos mesmos. Os documentos servem como um instrumento para compreensão parcial da realidade, no intuito de suprir e atender demandas sociais voltadas para a concepção do conhecimento.

Uma suposição compartilhada por alguns guardiões do conhecimento⁶, bibliotecários, e também por museólogos e arquivistas, é que cada vez mais tecnologias e ferramentas acabaram por dissipar os obstáculos entre as categorias (ALISE, 2012), o que beneficia a salvaguarda de documentos sob o viés da responsabilidade histórica.

Acrescenta-se que as administrações de repositórios institucionais, por exemplo, não estão atribuídas a categorias profissionais específicas, mas geralmente são executadas por profissionais bibliotecários, arquivistas e museólogos, detentores da suposta interdisciplinaridade. Nos centros de memória, Camargo (2015) salienta que as equipes que os integram são formadas por pessoas com formação profissional na área de biblioteconomia ou história, mas outros profissionais também fazem parte dessas equipes, como jornalistas, antropólogos, comunicadores e sociólogos. Ou seja, existe a perspectiva da interdisciplinaridade, no entanto cada categoria defende seus espaços profissionais.

A aplicabilidade e o papel de cada um desses ambientes ou profissões, no sentido da técnica documental, se opõem. Os museus têm a função de lazer e exibição, seus objetos são desprovidos de linguagem e só ganham sentido depois de um processo rigoroso de atribuição de sentido. Dependendo da área que vão cobrir, podem ter em suas reservas técnicas, documentos únicos e também múltiplos. (CAMARGO, 2015).

No contexto de produção documental de arquivos, uma característica que “cabe salientar é a unicidade, cada um deles possui um lugar específico no conjunto, mesmo quando é formalmente idêntico a outro”. (CAMARGO, 2015, p.28).

Com capacidade probatória, os documentos de arquivos, especificamente, resultam das ações praticadas por pessoas jurídicas e físicas ao longo de seu percurso de vida, e podem vir a confirmar suas obrigações legais. Geralmente, esses documentos

⁶ O termo faz referência aos guardiões do conhecimento presente no livro de Humberto Eco. ECO, U. **O nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Record, 1986.



comprobatórios interessam apenas ao organismo que os guardou durante determinado período de tempo, e prazos de guarda são estabelecidos pela tabela de temporalidade de documento de arquivo⁷. Contudo, arquivos de interesse social e valor permanente passam à custódia de entidades que estão abertas a um público de pesquisadores. Ou seja, os arquivos também são responsáveis pela reconstrução da trajetória das pessoas no âmbito das autarquias, embora fiquem em desvantagem quanto a visibilidade e prestígio social, se vistos isoladamente. Em alguns casos, conforme explica Le Bis (2006) referindo-se aos documentalistas, "muitas vezes só podem esperar reconhecimento do meio que os emprega, por vezes interessado, por vezes hostis". (LE BIS, 2006, p.202, tradução nossa)⁸.

Não obstante, a figura do profissional bibliotecário continua a ser a mais conhecida, pois o seu trabalho se desenvolve em um estabelecimento bem identificado, onde se pode tocar e ver coleções, que por característica técnica da profissão tem uma visão geral do fundo documental que disponibiliza e gere. (LE BIS, 2006).

A biblioteca pode ser possuidora de exemplares únicos, que em alguns casos podem ser atribuídos caráter de raridade e também lida com documentos publicados destinados a múltiplos leitores. (CAMARGO, 2015). Como um atributo quase que histórico de alguém que preserva coleções ou ainda metaforando a obra de Eco (1986), alguém que teria sob sua guarda toda a memória do mundo, como fonte de importância e poder, sonho das mais antigas civilizações.

Quanto à formação de um arquivo, observa-se que pode ocorrer via doação, recolhimento, transferência ou guarda obrigatória. Ainda que inerente aos arquivos, o conjunto de documentos só tem significado no contexto de sua origem. Documentos históricos ganham destaque no arquivo em função do seu interesse social e do seu valor permanente. Os arquivos são preponderantes para os centros de memória. É nos arquivos que estão grande parte de um acervo histórico, quando ainda estão vinculados a um determinado contexto.

Por outro lado, nas bibliotecas, os livros advindos de criações intelectuais, artísticas, de pesquisas e também incorporados artificialmente, a partir do interesse da instituição, têm a finalidade de divulgação dos múltiplos exemplares de consultas públicas, nos quais o profissional analisa o assunto e o seu conteúdo.

A formação de um acervo de biblioteca acontece a partir de compra, doação, permuta e ainda por políticas específicas de cada biblioteca.

O museu como um órgão colecionador, tem seu acervo formado de maneira artificial e classificado conforme a natureza do material e temas de interesse. É constituído por compra, doação e permuta.

No Centro de Memória predomina uma nova característica reconfigurada quando inserida nesse universo, o hibridismo. Essa característica está ligada ao potencial do uso da informação.

⁷ É um documento essencial à gestão de documentos, pois define os prazos de guarda e a destinação dos documentos. Sua elaboração cabe à Coordenação de Arquivos (COARQ).

⁸ *C'est dore qu'ils ne peuvent espérer de reconnaissance que du milieu que les emploie, tantôt intéressé, tantôt un peu hostile.*



Por vezes, alguns fatores, além do esquecimento, impedem ou dificultam que projetos no sentido de preservar a memória de uma instituição tenham continuidade. É possível citar, como exemplo, os recursos financeiros que em alguns casos o orçamento não direciona verbas específicas para encaminhamentos relacionados ao memorial, como também não contemplam a história da instituição. Além disso, os recursos humanos, que podem ser escassos por falta de pessoas com conhecimento específico sobre ferramentas apropriadas para preservação, e também a própria falta delas.

Na literatura ainda encontramos dificuldades relatadas sobre a falta de metodização para compilar a informação, objetos e documentos sobre determinadas atividades da instituição. Os gestores ainda se queixam que não há procedimentos e normas estabelecidos que determinam rotinas para serem seguidas. (CAMARGO, 2015).

Para algumas administrações, os Centros de Memória podem ser vistos como algo supérfluo e oneroso. Por isso, é necessária a criação de políticas de gestão de acervo que envolvam as três marias, profissões irmãs da organização da informação: museologia, arquivística e biblioteconomia. (SMITH, 1993, p.81).

Não menos importante, a política de preservação digital serve como bússola para as instituições. É a partir dessa que a instituição consegue gerir seus acervos através de orientações e procedimentos técnicos, garantindo assim a preservação, valorização e divulgação, assim como o acesso a seus objetos digitais.

No Brasil, ainda são escassas as Instituições de Ensino Superior (IES) que implantaram políticas de preservação digital. Os estudos de Grácio (2012), Galindo e Vila Nova (2011), corroboram com essa afirmação. Nessa perspectiva, objetos informacionais com potencial para contar a história de uma instituição não recebem a atenção adequada quanto a sua importância de preservação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse artigo revisamos conceitos referentes à memoriais, no intuito de compreender o objetivo que se aplica e o tipo de material que busca salvaguardar. Detalhamos algumas distinções entre memoriais, bibliotecas, arquivos e centro de memória. Salientamos alguns fatores impeditivos para valorização e continuidade dos memoriais. Tendo em vista essas reflexões, é valoroso que as informações produzidas no presente estejam acessíveis para o futuro. Para que isso aconteça, é necessário implantar critérios metodológicos que estabeleçam uma rotina técnica que contemple a interdisciplinaridade das áreas para cobrir com propriedade o tratamento dos suportes documentais, pois indubitavelmente esses lugares de memória são fontes de pesquisa e enriquecem a constituição da identidade institucional. Tanto um memorial como um centro de memória possuem em sua essência o objetivo de preservar a informação para as gerações futuras. Entendemos que o Memorial CEFET-RS/IFSul tem uma composição híbrida de acervo, o que poderá caracterizá-lo como Centro de Memória, apesar de que a bibliografia não chega a um consenso sobre a sua nomenclatura. Ademais, os ambientes físicos e virtuais são de extrema importância para a memória que a instituição custódia, visto que o acervo documental e artefatos históricos são representativos da instituição, e como tal, reavivam a memória dos



servidores e utilizadores, contribuindo substancialmente para acesso a memória da instituição e, por conseguinte, para sua preservação.

5. REFERÊNCIAS

ALISE. **Association for Library and Informations Science Education**. Westford: 2022. Disponível em: <https://www.alise.org/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BARBANTI, Cristina Hilsdorf. **Representação e recuperação da informação em centros de memória**. 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 26 set. 1909. p.6975. (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CEFET-RS. **Portaria nº 551, de 8 de outubro de 2003**. Portaria de criação do memorial do CEFET. Pelotas: Direção Geral do CEFET-RS, 2003. Disponível em: http://memorial.ifsul.edu.br/framer.php?cd_documento=290. Acesso em: 23 jun. 2022.

DODEBEI, V. L. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero**, v.12, n.2, 2011.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Ed. Sesc, 2015.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectiva. São Paulo: Unespe, 1999.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012. p.9-24.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2009.

ECO, U. **O nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRÁCIO, J. C. A. **Preservação Digital na gestão da informação**: um modelo processual para as instituições de ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GALINDO, M.; VILA NOVA, S. Política de preservação digital nos repositórios Institucionais de acesso livre: o caso das instituições de ensino superior no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ENANCIB, 2011.



GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; ISSBERNER, Gina Esther. O memorial de imigração polonesa em Curitiba: dinâmicas culturais e interesses políticos no âmbito memorialista. **Anais do Museu Paulista**: história e cultura material (online).

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/mbLV4yK7jD4cbf6khYsQHmb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

LE BIS, Isabelle; VACHER, Béatrice. Les vertus stratégiques de la discrétion des services documentaires: théories et illustrations. **Documentaliste - Sciences de L'information**, v.43, n.3, p.200-208. 2006.

SMIT, Johanna Wilhelmina. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.26, p.81-85, jan./jun. 1993.

TESSITORE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função. **Arquivo: boletim histórico informativo**, São Paulo, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 1989.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

INNARELLI, Humberto Celeste. **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação, gestão do conhecimento. Brasília: Senac, 2012.

MEIRELES, Céres Mari da Silva. **Das artes e ofícios à educação tecnológica**: 90 anos de história. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

WILLIAMS, Paul. **Memorial museums**: the global rush to commemorate atrocities. Oxford: Berg, 2007.

Submetido em: **21/07/2022**

Aceito em: **07/02/2023**